

## INTERCÂMBIOS ANGOLANO-BRASILEIROS: TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS E INSTITUCIONAIS NO ATLÂNTICO SUL (1948-1970)

Gilson Brandão de Oliveira Junior<sup>1</sup>

Doutor em História (UnB)

Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia

gilson@ufsb.edu.br

José Francisco dos Santos<sup>2</sup>

Doutor em História (PUC/SP)

Professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia

jose.francisco.puc@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho reúne parte das pesquisas doutorais dos seus autores, as quais versaram sobre os intercâmbios intelectuais e institucionais angolano-brasileiros, todavia, em períodos distintos e subsequentes. Sua afinidade temática e a concomitância da sua elaboração são, em si, testemunhos da atualidade e da pertinência deste debate. Nosso principal objetivo é mostrar a heterogeneidade discursiva de alguns dos intelectuais que fizeram parte da geração que deu origem ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e à sua luta cultural, política e emancipacionista, ainda no período anterior à eclosão da guerra anticolonial (1961). Nossa perspectiva parte das dimensões da história atlântica, dos intelectuais e das instituições, ao analisarmos as relações tecidas entre grupos de jovens intelectuais, angolanos e brasileiros, que dialogaram e trocaram materiais políticos e literários.

**Palavras-chave:** Intercâmbios angolano-brasileiros; trajetórias intelectuais; produção literária; guerra anticolonial; diálogos sul/sul.

### ANGOLAN-BRAZILIAN EXCHANGES: INTELLECTUAL AND INSTITUTIONAL TRAJECTORIES IN THE SOUTH ATLANTIC (1948-1970)

**Abstract:** This work brings together part of the doctoral research of its authors, which dealt with Angolan-Brazilian intellectual and institutional exchanges, however, in different and subsequent periods. Its thematic affinity and the concomitance of its elaboration are, in themselves, testimonies of the relevance and relevance of this debate. Our main objective is to show the discursive heterogeneity of some of the intellectuals that were part of the generation that gave rise to the Angolan Popular Liberation Movement (MPLA) and its cultural, political and emancipationist struggle, even in the period before outbreak of the anti-colonial war (1961). Our perspective starts from the dimensions of Atlantic history, intellectuals and institutions, when analyzing the relationships woven between groups of young intellectuals, Angolans and Brazilians, who dialogued and exchanged political and literary materials.

**Keywords:** Angolan-Brazilian exchanges; intellectual trajectories; literary production; anticolonial warfare; south/south dialogues.

**Texto recebido em:** 28/06/2019

**Texto aprovado em:** 15/11/2019

---

<sup>1</sup> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4923251336499512>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8040-0172>.

<sup>2</sup> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2746256151454516>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9247-5585?lang=en>.

O fim da segunda grande guerra gerou uma importante alteração nos paradigmas do mundo ocidental: o questionamento das noções e hierarquizações rácio-culturais. Este fenômeno abriu novos horizontes para a *humanidade*, sendo que esta própria categoria passou a ser repensada após a emergência das campanhas e lutas anticoloniais. No entanto, a consolidação dessas mudanças ocorreria mesmo a partir de 1948, ano da aprovação da declaração universal dos direitos do homem na assembleia geral da ONU. O momento era de incertezas e demandava por outros referenciais políticos e culturais.

Também em 1948, dois grupos de jovens situados nas margens do Atlântico Sul, um brasileiro e outro angolano, motivados por questões distintas, passaram a se organizar em nome da promoção da cultura e de um modernismo autóctone em suas terras. Tratava-se do Círculo de Arte Moderna (CAM) em Florianópolis, no Brasil, e do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA) de Luanda, em Angola.

O Círculo de Arte Moderna era uma entidade de caráter cultural, sobretudo literário, que começara a atuar na imprensa catarinense desde o ano anterior (1947). Este grupo foi responsável pela difusão do modernismo em Santa Catarina, desenvolvendo diversas atividades culturais, tais como teatro, artes plásticas, cinema, além da literatura, e tinha as suas ideias veiculadas através da revista *Sul* (1948-1958).

Igualmente de caráter cultural, o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola entoava o lema “Vamos descobrir Angola!” e buscava alterar os paradigmas culturais coloniais e desenvolver uma literatura eminentemente angolana (ou a ‘angolanidade’), tendo na revista *Mensagem* (1951-1952) o principal veículo agregador das suas ideias.

Ambos os grupos de intelectuais articular-se-iam em princípios da década seguinte, gerando um frutífero intercâmbio cultural com importantes consequências para a luta política e emancipacionista angolana. Geralmente esses grupos são analisados como pertencentes a gerações distintas, o que suscita a ideia de homogeneidade do seu pensamento e ação. Contudo, há uma latente heterogeneidade entre esses intelectuais, seja em suas produções literárias, mas, principalmente, nas diferentes posições ocupadas por eles na luta emancipacionista.

Fruto desses intercâmbios, em uma época de propagação das descolonizações, diversos comitês de apoio às independências dos países africanos surgiram em cidades como São Paulo

e Rio de Janeiro, além de muitas outras no Brasil e alhures. No meio deles situa-se o Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)<sup>3</sup>. Entre as suas principais atuações enumeramos o apoio à literatura africana, sendo publicadas no Brasil obras de autores angolanos, moçambicanos dentre outras nacionalidades, bem como a difusão da literatura brasileira naquelas nações, a publicação de livros sobre história do continente africano, além de outros meios de denúncia dos violentos conflitos decorrentes das guerras de independência.

Entre as décadas de 1960 e 1970, além do incremento da produção bibliográfica africanista, surgiram no Brasil centros de estudos especializados no continente africano. Destacam-se o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia (CEAO-UFBA, 1959), o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA-USP, 1965) e o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA-Itamaraty, 1961), convertido posteriormente em Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes (CEAA-UCAM, 1973), além de outras instituições.

O resgate dessas questões do passado alimenta as nossas reflexões no presente, já que nos ajuda a pensar sobre os significados hodiernos do postulado da angolanidade. O diálogo entre esses intelectuais também expõe a ausência de intercâmbios político-culturais análogos que poderiam ser realizados hoje, em detrimento da pluralidade dos meios disponíveis e das condições políticas atuais, comparativamente, mais favoráveis.

### **O conceito de geração**

A primeira questão a ser debatida é o próprio conceito controverso de *geração*. Este pode ser preliminarmente definido como uma identidade terminal assumida por sujeitos marcados por experiências comuns, pelo compartilhamento de referenciais cronológicos e etários compatíveis, e/ou pela origem dos seus círculos de sociabilidade. A noção de geração suscita, *a priori*, certa ideia de homogeneidade das posturas dos seus membros, que é rompida no instante em que as informações sobre os indivíduos e suas trajetórias são contrastadas com os processos mais amplos que marcam a sua individualidade (identidade política), diante do exame do seu processo de inserção nesses amplos círculos de sociabilidade. Embora

---

<sup>3</sup> Para saber mais ver (SANTOS, 2014 e SANTOS, 2010).

frequentemente fazemos uso da categoria *geração* para examinar a ação política de sujeitos distintos num dado contexto histórico, é imprescindível sempre termos em mente que ela é formada por diferentes personagens que, sendo autônomos, têm posicionamentos, condutas e posturas diversas.

Ao rotular-se como *geração*, um mesmo grupo pode ser designado de maneiras diferenciadas, seja por autodenominação, ou por atribuição/associação, a depender da adoção de distintas perspectivas analíticas.

O grupo dos intelectuais angolanos foi designado por nomes bem diferentes: *Geração dos anos 1920*, atribuída por Mário Pinto de Andrade, se refere à década em que nasceu a maioria dos sujeitos; *Geração de 1940*, denominada por Luís Kandjimbo, faz alusão ao início das atividades culturais da maioria dos seus membros; *Geração de 1950*, assim referida por Alfredo Margarido e Carlos Serrano, se associa à década da emergência das organizações políticas derivadas das referidas instituições culturais; *Geração da Utopia*, como foi designada na obra literária de Pepetela, associa criticamente as frustrações dos objetivos iniciais do grupo aos resultados pós-coloniais; e *Geração da Mensagem*, como intitulada por Salvato Trigo (1979), uma vez que “Mensagem” foi o nome atribuído aos veículos difusores das ideias desse grupo-geração, fosse a revista ou o boletim, editados respectivamente em Luanda e em Lisboa. Sucedendo Mensagem, a geração da *Cultura*, à qual estão associados alguns intelectuais pertinentes ao nosso contexto-tema, foi igualmente batizada com o nome do periódico.

O grupo de intelectuais brasileiros também recebeu alcunhas bem diferenciadas: *Círculo de Arte Moderna* foi o modo como o próprio grupo escolheu para nominar-se, levando em consideração o principal objetivo dos seus intelectuais e ativistas (romper o parnasianismo vigente e implantar o modernismo na província de Santa Catarina), enquanto a crítica literária os apelidou de *Grupo Sul* por causa do nome da sua revista.

Embora frequentemente fazemos uso da categoria *geração* para examinar a ação política de sujeitos distintos num dado contexto histórico, é imprescindível sempre termos em mente que ela é formada por diferentes personagens que, sendo autônomos, têm posicionamentos, condutas e posturas diversas. Não podemos perder de vista essa premissa, sobretudo quando analisamos as trajetórias dos sujeitos, e levamos em consideração as suas personalidades, individualidades e idiossincrasias (com)textuais.

### **Anos 1950: intercâmbios entre grupos de intelectuais no Atlântico Sul**

No ano de 1948, coincidentemente, jovens intelectuais angolanos e brasileiros criaram organizações por meio das quais fizeram reverberar os seus projetos culturais após o término da segunda grande guerra.

Esse foi o ano da criação da *Revista Sul*, do CAM, organização cultural que buscava “disseminar o Modernismo, cultivar valores nacionais, e elevar o nível cultural catarinense” (SABINO, 1982, p. 132). Para tal desenvolvia diversas atividades culturais. No teatro, criaram o grupo TECAM (Teatro Experimental do Círculo de Arte Moderna); este foi um meio para o financiamento dos seus demais projetos, sobretudo o literário, tendo ousado encenar pela primeira vez uma peça de Jean-Paul Sartre em nosso país. Nas artes plásticas foram responsáveis pela criação de um clube de gravura, além de promover diversas exposições e palestras com artistas convidados de outros estados. Um desses visitantes foi Marques Rebelo, quem estabeleceu uma profunda relação com os seus membros, além de a sua intervenção ter culminado na fundação do Museu de Arte Moderna de Santa Catarina, que também foi o primeiro do gênero criado no país. Esse grupo também criou o Clube de Cinema do Círculo de Arte Moderna, responsável pela realização do primeiro filme rodado no Estado de Santa Catarina em 1957. Contudo, a literatura teria sido a principal atividade empreendida pelo grupo-geração.

No mesmo ano, na margem oposta do Atlântico, surgia em Angola o MNIA, organização cultural inspirada no modernismo brasileiro que buscava romper com os paradigmas culturais do colonialismo, além de criar uma literatura própria e autêntica. Tratava-se de um momento de grande incômodo diante da permanência salazarismo e do colonialismo no período pós-guerra. Localmente, Luanda passava por diversas alterações socioespaciais com a intensificação da imigração de portugueses e a consequente urbanização, especulação imobiliária e periferização das populações negras e pobres, processo que originou a cisão entre a cidade de asfalto e os ditos musseques. Como outros de seu tempo, esse movimento

incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através de um trabalho colectivo e organizado; exortava a produzir-se para o povo; solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e

nacionalizar as suas e nacionalizar as suas criações positivas válidas; exigia a expressão dos interesses populares e da autêntica natureza africana, mas sem que se fizesse nenhuma concessão à sede de exotismo colonialista. Tudo deveria basear-se no senso estético, na inteligência, na vontade e na razão africanas (Mário Pinto de Andrade apud ERVEDOSA, 1979, p. 102; Viriato da Cruz apud TRIGO, 1979, p. 41-42).

Nos anos 1950, concomitantemente ao lançamento de *Mensagem* em Luanda, surgiu um frutífero intercâmbio literário entre as supracitadas gerações de intelectuais. O período em que esses escritores escreveram era de grande repressão do regime salazarista, pois nesta década deu-se a promulgação da lei do indigenato, que separava as pessoas em subclasses; os que sabiam ler e escrever em português eram considerados civilizados (assimilados), e os que não sabiam eram tutelados pelo Estado português e não tinham acesso à cidadania plena (indígenas). A vigilância dos órgãos censores coloniais era intensa, e a revista brasileira serviu tanto como meio alternativo para a publicação dos trabalhos dos intelectuais angolanos, como meio para obtenção de materiais literários considerados subversivos. Contudo, a *Revista Sul* não contribuiu somente para a formação intelectual desses escritores, mas também com a sua estrutura elementar de ensino, haja vista que os conteúdos solicitados não eram somente de livros ditos “subversivos”, mas os de estrutura básica de ensino. Esse foi um importante meio de encontro entre essas duas gerações de intelectuais no Atlântico Sul.

Era comum entre os angolanos do período que fossem estudar na metrópole. Estes ficaram conhecidos como os “do exterior”, enquanto aqueles que permaneceram no país natal eram chamados de os “do interior”. Apesar do distanciamento físico, a relação entre esses dois grupos nunca deixou de existir, sendo partes de um mesmo grupo-geração. Os seus anseios e preocupações eram frequentemente partilhados, assim como suas produções literárias e atividades políticas. Diante desses contatos, suas trajetórias se interferiam mutuamente, encontrando-se mesmo que indiretamente.

As ações e o intercâmbio entre cada um desses grupos interferiam mutuamente nessas três porções do Atlântico, direta ou indiretamente, sendo de suma importância considerar tal dimensão espacial entre as distintas gerações e suas trocas intelectuais. Três intelectuais do MNIA tiveram os seus textos publicados na revista *Sul*: Antônio Jacinto, Viriato da Cruz e Mário Antônio F. de Oliveira. Cada um deles manteve distintas relações com Agostinho Neto, bem como diferentes papéis na luta anticolonial.

## Os novos intelectuais de Angola na Revista Sul

Buscamos perscrutar as contribuições, os diálogos e as influências na obra de Agostinho Neto dos três intelectuais mensageiros residentes em Angola que estabeleceram correspondência e tiveram trabalhos publicados nos cadernos *Sul*: Antônio Jacinto, o inaugurador das relações entre o MNIA e o CAM; Viriato da Cruz, o teorizador dos movimentos e das organizações políticas nos anos 1950; e Mário Antônio Fernandes de Oliveira, entusiasta das literaturas euro-americanas e do luso-tropicalismo, ideal que passou a ser refutado na segunda metade da década de 1950. Partindo desses encontros, examinamos as relações e as influências efetivadas entre Agostinho Neto e esses membros do MNIA, buscando elementos culturais e políticos significativos para a fundamentação das suas ideias, em particular, e para a construção do discurso nacionalista angolano de maneira geral.

**Antônio Jacinto** inaugurou os contatos do MNIA com os intelectuais da *Sul*. Solicitou em sua correspondência o envio de materiais marxistas, de cultura brasileira, e de trabalhos inéditos para serem publicados em Angola; enviou obras angolanas para serem publicadas no Brasil, além de tonar-se um divulgador da revista *Sul* em Angola. Ao lado de Viriato da Cruz, Mário Antônio e Idílio Machado, foi fundador do efêmero e clandestino Partido Comunista Angolano, que mantinha relações com o PCB brasileiro. Jacinto teve quatro trabalhos publicados em três edições da revista *Sul* entre 1952-53. Em *Convite aos outros*, Jacinto convidava os “descrentes” a juntar-se à caminhada rumo à concretização dos ideais entoados pelo “poeta do ‘Movimento’” (dos Novos Intelectuais de Angola). Iniciou o texto *Quero cantar e cantarei* com uma dedicatória a Miguel Torga, autor neorrealista português fortemente vinculado ao Brasil. Nele reivindicou o poder da voz que, naquele contexto, se figurava pelo cantar. Já o texto *Autobiografia* trata, em resumo, da exortação de outra noção de *humanidade*, a qual também deveria incluir o autobiografado. Jacinto não apenas compôs poemas, mas também escreveu contos; bem como fez uso de diversos pseudônimos, como o utilizado na publicação na *Sul* de 1953 (Orlando Távora). O título *O Conto Estrangeiro. Orpheu* faz referência indireta à *Revista do Brasil* e à geração *d’Orpheu*, projeto modernista luso-brasileiro do início do XX. Orpheu também é o protagonista do conto, que narra o seu percurso numa paisagem urbana decadente. Ao adentrar em uma taberna-prostíbulo, Orpheu passou a observar

a realidade derredor e a escrever “um novo poema da madrugada”. Ali o poeta torna-se, então, símbolo romantizado desse tipo de ambiente, ícone prontamente reconhecido e saudado, cuja missão é criadora, libertadora, e cheia de esperança pelo “Amanhã”. Seja em termos temáticos, poéticos ou políticos, esses trabalhos de Jacinto são representativos do papel que ocupou nesse grupo-geração.

**Viriato da Cruz** foi um dos principais idealizadores da angolanidade, tendo sido reconhecido em seu tempo como o mais importante poeta angolano (Cf. ANDRADE; TENREIRO, 1953). Ele reconheceu a importância cultural e política do referido intercâmbio atlântico meridional, já que em um artigo datado de 1964 escreveu que,

os contatos entre jovens angolanos e jovens escritores brasileiros levaram a contrabandos de livros e revistas de Angola, [fazendo com que] parte da juventude se engajasse no debate sobre os principais problemas das questões sociais do pós-guerra, o fascismo e a democracia, do colonialismo e de auto-determinação dos povos, etc. (apud SANTIL, 2006, p. 406).

Uma das principais contribuições de sua obra foi a dimensão *universalista*, segundo a qual defendia que toda a cultura não-africana não deveria ser rejeitada em favor da afirmação da cultura africana. No que tange às relações culturais mantidas com o nosso país, “Viriato recuou as estruturas de identificação com o Brasil com base no parentesco. [...] Assim, Viriato mostra que ele tem cada vez menos uma visão idílica do Brasil” (SANTIL, 2006, p. 411).

Viriato da Cruz publicou na *Sul* o texto intitulado *Na encruzilhada*, em 1953. Nele o autor fez uma dedicatória a Agostinho Neto, sendo esta a sua única menção naquela revista, o que denota a afinidade e admiração nutrida até aquele momento. Já a dedicatória feita a W.E.B. Du Bois nos permite averiguar as suas referências pan-africanistas e negritudinistas. Essas dedicatórias posicionam o autor *na encruzilhada* do exógeno e do endógeno, e manifesta o seu apreço pelos *encontros* entre as duas gerações da Mensagem. Mas também suscita a sua noção de universalismo, associada a uma “encruzilhada de civilizações”. Ademais, este texto é um exemplar das aproximações temáticas e estilísticas entre A. Neto e Viriato (Cf. SANTOS, E., 2010).

**Mário Antônio Fernandes de Oliveira** foi um membro mais novo que os demais na sua geração, e por isso não foi contemporâneo de Viriato da Cruz e Antônio Jacinto no Liceu Nacional Salvador Correia, tendo visto Agostinho Neto saindo de lá. Desde a década de 1950

os seus escritos passaram a ser publicados em diversas revistas luandenses, com destaque para a *Mensagem*, na qual participou ao vencer um concurso da entidade e integrou, a partir de então, o MNIA. Como funcionário da administração colonial, contribuiu na imprensa da época e esteve ligado às diversas organizações políticas angolanas de meados dos anos 1950, como o já mencionado Partido Comunista Angolano. O seu destino literário se dispersou, pois, embora fosse um escritor anticolonialista, antirracista e defensor de valores humanistas e democráticos, não abriu mão completamente dos fundamentos e ideias básicas do luso-tropicalismo, o que intensificou as críticas que passou a sofrer desde o interstício das décadas de 1950-60.

Na revista *Sul*, Mário Antônio publicou dois poemas nos anos de 1955 e 1956, intitulados respectivamente como *Tropa Negra* e *Solidariedade*. Ambos os poemas são exemplares da sua primeira fase, integrados à poética da *Mensagem* e do MNIA. Mário Antônio seguirá um rumo próprio a partir da segunda metade dos anos 1950 e início da década seguinte. Enquanto a maioria dos integrantes do MNIA deixaria de lado a fase denominada reformista e partiria para uma nova fase revolucionária, Antônio permaneceria ligado às influências euro-americanas e europeias, enfatizando a *crioulidade* da sua literatura. Ainda assim, ambos os poemas têm em comum o fato de terem sido escritos num contexto em que os clamores anticoloniais estavam muito mais evidentes do que na primeira metade daquela década. O conteúdo de *Tropa Negra* é, em termos gerais, denunciativo do sofrimento perante o recrutamento dos africanos para lutarem ao lado das tropas portuguesas (PAULA; CORREA, 2016, p. 28). *Solidariedade* também é um poema que exprime o espírito vivenciado à época: escrito em 1956, momento de profundas reflexões acerca dos modelos de organização sociopolítica e econômica, o poeta parece criticar os meios utilizados pela sociedade moderna para estimular o consumo, atrelando-os à mulher como *objeto* de desejo. Assim, alerta e reage contra a alienação atinada pela ideia de progresso da modernidade.

Os três autores do MNIA “do interior” que publicaram textos na revista *Sul* também mantiveram relações diferenciadas com os intelectuais “do exterior”, e particularmente com Agostinho Neto. Apesar de este ter rumado para Portugal com o intuito de estudar medicina no ano imediatamente anterior à organização do MNIA, distanciando-se dos conterrâneos, a sua relação com os “do interior” nunca desvaneceu.

## Agostinho Neto e os novos intelectuais de Angola

Apesar de estar integrado aos mensageiros do interior, **Antônio Jacinto** sempre manteve um relacionamento amistoso e profundo com Agostinho Neto, em detrimento à distância que os separava. Compartilharam ideias e preocupações políticas e literárias, e buscavam se ajudar mutuamente ainda nos anos 1950, antes mesmo da organização da luta anticolonial. Jacinto foi preso pela primeira vez em 1959, em virtude do “processo dos 50”, e cumpriu doze anos em seu segundo cárcere em 1961. Ele exerceu importantes funções na administração do Estado angolano após a independência, tais como as de ministro e secretário da educação e cultura, além da direção do MPLA-partido. Além disso, foi membro da União dos Escritores Angolanos (UEA) e homenageado com importantes prêmios literários. Morreu em Lisboa, em 1991.

No interstício dos anos 1940-50 Agostinho Neto mantinha contato estreito com **Viriato da Cruz**, em quem se inspirou profundamente em suas iniciativas culturais. Desde meados dos anos 1950 a sua obra escrita passou a se concentrar muito mais nos tratados políticos do que na senda poética. No início da década seguinte, já como MPLA, Viriato atuou nele como primeiro secretário até 1962, data da sua I Conferência Nacional. Derrotado, criou uma dissidência para rivalizar com a direção eleita, mas acabaram sendo expulsos dele em 1963. Decepcionado com o seu isolamento, refugiou-se em Argel e Paris antes de se fixar definitivamente em Pequim, onde, mantendo a sua postura crítica, faleceu em 1973 por falta de cuidados médicos. A detração da sua imagem e o apagamento da sua personalidade foi fortemente estimulada pela direção do MPLA, tendo Viriato sido acusado de traidor e precursor do fraccionismo em Angola.

**Mário Antônio de Oliveira** foi o primeiro dentre os mensageiros a consagrar um artigo sobre Agostinho Neto. Sua obra crítica e literária suscita o embate entre duas qualificações atribuídas à literatura angolana, ambas suscitadas desde a Mensagem: a *negritude* e a *crioulidade*. A dispersão na trajetória de Mário Antônio ao cânone dos mensageiros não se deu somente em termos poético-literários, mas acompanhou-o biograficamente, uma vez que abandonou a militância no Partido Comunista em 1957, apesar de dois anos depois ainda estivesse arrolado entre os presos do “processo dos 50”. Por isso “Mário Antônio foi o ponto

de dispersão por excelência onde se inscreveram essas novas formas de compreensão da *literatura angolana*” (ABRANTES, 2007, p. 113).

No trabalho intitulado *A sociedade angolana através da literatura* (1978), o professor Fernando Mourão chamou atenção à importância da literatura para formação do nacionalismo angolano ao longo do século XX, em especial nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Portanto, a troca feita entre escritores brasileiros e angolanos a partir dessa última década influenciou de alguma maneira a formação do nacionalismo angolano.

Os intelectuais em questão emanaram a sua mensagem do “Sul do mundo”. Embora Agostinho Neto concebesse boa parte da sua obra em Portugal, a fez em consonância com aqueles que ficaram em Angola e de lá proferiam a sua angolanidade na revista *Mensagem*, de modo análogo àqueles que se reuniram em torno da Casa dos Estudantes do Império e também exprimiam sua voz por meio do boletim homônimo.

O lugar de onde falam é o Sul, donde expressavam e reportavam ao mundo os seus anseios por libertar-se da condição colonial, clamando pela valorização da sua identidade, sem, contudo, deixar de lado os aprendizados exógenos por eles interiorizados: buscavam novos sentidos, além de uma nova concepção de humanidade na qual necessariamente eles deveriam estar incluídos e atuando como protagonistas.

Os intelectuais também emitiram mensagens para o Sul, uma vez que tiveram o Sul como interlocutor e alvo das suas exortações. Dialogaram com outros movimentos, como a negritude, e se inspiraram no neorrealismo português e na moderna literatura brasileira. Estiveram preocupados em resolver as questões deixadas em aberto no após-guerra, sobretudo aquelas que concerniam à manutenção das relações assimétricas entre colonizadores e colonizados: denunciaram os males do colonialismo; dignificaram o homem colonizado; bradaram pela liberdade e exortaram a esperança na vitória final.

### Anos 1960 e 1970: o MABLA e a luta anticolonial

O questionamento das noções e hierarquizações rácico-culturais derivado do fim da segunda grande guerra também gerou uma importante alteração nos paradigmas da política internacional portuguesa: a adoção da obra de Gilberto Freyre (Cf. CASTELO, 1998). A tese propalada pelo autor brasileiro desde 1933 no clássico *Casa grande e senzala* não havia sido bem acolhida em Portugal, até então. A partir da década de 1950, conceituada como lusotropicalismo, a pretensa teoria gilbertiana passou a receber todo o apoio do salazarismo para legitimar a manutenção da sua exploração na África. Assim, ao passo que a inspiração dos mensageiros para a construção da sua angolanidade inspirava-se parcialmente na moderna literatura brasileira remetida da *Sul*, foi contra esse outro ideário oriundo do Brasil que converteram sua luta em anticolonial. Essa alteração se deu, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1950, e se acentuou incontornável e definitivamente com o interstício da década seguinte.

Contudo, a pertinência dos papéis atribuídos à literatura, aos livros e aos projetos editoriais se manteve diante do adensamento das lutas anticoloniais e da atuação dos comitês de apoio às independências dos países africanos. Isso porque as pessoas ligadas ao MABLA, direta ou indiretamente, no Brasil ou em Angola, consumiam livros para um melhor conhecimento da África. Além do mais, a maioria deles teve a sua formação cultural e política influenciada pelo intercâmbio intelectual de que tratamos há pouco.

Por exemplo, o emigrado angolano José Manuel Gonçalves Rosas, hoje conhecido como Jonuel Gonçalves (docente UFF), expõe em seu depoimento que, quando aluno secundarista em Angola, ele e seus colegas adoravam ler autores da literatura brasileira como Graciliano Ramos, Jorge Amado entre outros. Sobre a difusão da literatura brasileira em terras angolanas, esse membro do MABLA reiterou o papel desempenhado pela revista *Sul*, editada pelo CAM de Salim Miguel em Santa Catarina. Sobre esse assunto é importante reconhecer a divulgação feita nas colônias portuguesas da África, tanto do trabalho literário como das denúncias da guerra pela independência.

Percebe-se assim que o intercâmbio do grupo de Salim Miguel com os autores-ativistas angolanos, mediatizado pela revista *Sul*, não se circunscreveu aos mensageiros. José Graça (Luandino Vieira), autor-ativista geralmente associado à geração da *Cultura*, escreveu em carta

ao amigo Salim Miguel que a coleção da revista *Sul* passava de mão em mão e fazia grande sucesso entre os jovens de Luanda, apesar de ressaltar as dificuldades dessa divulgação criadas pela constante vigilância da censura de imprensa.

Entre as cartas endereçadas a Salim Miguel houve um contato de 30 de março 1963, de uma editora angolana que desejava adentrar o mercado brasileiro. Nessa carta, Garibaldi de Andrade demonstra interesse em editar livros no Brasil, menciona um representante – João Alves das Neves – que, nas suas palavras, seria um “delegado para todo Brasil”. Relatou que editava a “Coleção Imbondeiro” desde janeiro de 1960. Salim Miguel explica que a coleção era composta por livretos de cerca de trinta páginas, incluindo novelas ou contos, e contava com a colaboração de escritores brasileiros, como Lygia Fagundes Telles, Reinaldo Castro, Antonio D’Elia e Jorge Medauar, e que, segundo o próprio Garibaldi de Andrade, possuía cerca de três mil exemplares.

Em depoimento, o professor Fernando Mourão<sup>4</sup> recordou que a escritora Fagundes Telles foi colaboradora do MABLA (entrevista concedida em 29/05/2009). Também importa lembrarmos que a editora Coleções Imbondeiro também foi mencionada no seu livro *A sociedade angolana através da literatura* (1978, p. 83).

A carta de Garibaldi inclui na negociação a troca de livros literários por pedagógicos. Sobre a troca, Salim Miguel comentou:

Estamos, por outro lado, em conseguir assinantes no Brasil e em trocarmos livros nossos por livros pedagógicos brasileiros, na base de 60\$00 de livros nossos = a livros pedagógicos. As assinaturas das nossas coleções são da ordem dos 60\$00, respectivamente: Col. Imbondeiro – 12n°; Mákua – 4 n°; Imbondeiro Gigante – 2n°. O livro de Bolso Imbondeiro – 6 n°. Essas assinaturas poderão também ser pagas em livros pedagógicos. Poderá o camarada valer-nos nestas nossas pretensões? Poderá o camarada interessar algum livreiro nesta troca, vantajosa para os dois lados? (MIGUEL, 2005, p. 49).

---

<sup>4</sup> Fernando Augusto Albuquerque Mourão foi um dos fundadores do MABLA, assim como membro do MPLA. Fez Direito na Universidade de Lisboa e, ao regressar ao Brasil na década de 1960, seguiu carreira acadêmica, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos da USP, CEA, além de professor titular de Sociologia na mesma instituição (SANTOS, 2014, p. 61 e SANTOS, 2010, p. 28).

Vê-se novamente que, no caso, os angolanos sofrem com o déficit de conhecimentos técnicos e procuram suprir essa deficiência justamente a partir dos contatos com o Brasil. Sobre esse assunto, em outra carta a Salim Miguel, Garibaldino de Andrade reforçou a necessidade do envio de livros pedagógicos, citando até as editoras brasileiras donde gostaria que os livros fossem adquiridos, como Fundo de Cultura, Cultrix e Atualidade Pedagógica. Miguel ressalta que os livros pedagógicos requeridos por Garibaldino tinham uma destinação prática, servindo de ferramenta pedagógica para uma “escola do magistério primário” e que não tinha nenhum material.

Vê-se que o Estado salazarista não se interessava na formação educacional dos indígenas da colônia, nem mesmo da educação elementar, justamente porque, segundo a longa lei do indigenato, a alfabetização era um critério crucial de acesso à cidadania. Embora na data de 1963 a lei do indigenato já estivesse extinta, como reflexo dos questionamentos dos paradigmas hierárquicos rácico-culturais, as suas consequências ainda se faziam presentes, como expõe o historiador Marcelo Bittencourt:

O longo período de expropriação a que haviam sido expostos impedia-os de agora usufruir da igualdade jurídica. Os poucos que conseguiram tal feito eram em número tão irrelevante que só confirmavam a discriminação (BITTENCOURT, 2006, p. 87).

Além de a desinformação facilitar o controle social, a falta de investimentos educacionais teria em seu âmago um significado ainda mais perverso, uma vez que, sem alfabetização, a exploração do trabalho braçal estaria automaticamente legitimada sob o argumento de que os serviços “laborais” civilizariam aqueles incautos “indígenas”.

Paralelamente, nos anos de 1960 surgiu editoras que mantinham estreitas relações com grupos ligados aos movimentos de pró-libertação das colônias africanas, como o MABLA, o periódico *Portugal Democrático* e o Partido Comunista Português. O jornalista Miguel Urbano Rodrigues aborda a iniciativa dos membros do MABLA e do periódico *Portugal Democrático*<sup>5</sup> na divulgação de conhecimento sobre a África, além da atuação das editoras brasileiras, como Anhemi, Civilização Brasileira, Arquimedes Editora, Felman-Rêgo, Brasiliense, ou mesmo de órgãos institucionais, como Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, ligado à Presidência

---

<sup>5</sup> O periódico *Portugal Democrático* foi um jornal criado pela comunidade portuguesa residente no Brasil, em especial em São Paulo e durou entre a década de 1950 a 1970. Ver SANTOS, 2014, p. 71 e SANTOS, 2010, p. 23.

da República, na década de 1960, nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Urbano Rodrigues (2004a) também descreveu o apoio dado por essas editoras na divulgação das atrocidades decorrentes do salazarismo.

Membro do MABLA, Paulo Duarte era à época editor chefe da revista *Anhemi*, além de presidente do Comitê Brasileiro de Ajuda aos Refugiados de Angola (CBARA). Segundo Urbano Rodrigues, ele conseguiu a edição do livro *Quando os lobos uivam*, de Aquilino Ribeiro, que havia sido proibido de ser editado em Portugal e na França<sup>6</sup>. Vejamos um trecho da carta que relata a questão da publicação deste livro:

Quando se soube em São Paulo que a PIDE proibira a venda do livro, procedendo à sua apreensão, escrevi a Aquilino pedindo-lhe carta branca para lançar a obra no Brasil. Ele concordou logo. A Difusão Européia do Livro, uma editora média de grande prestígio, assumiu a responsabilidade pela iniciativa. Entretanto, a poucos dias da data prevista para o lançamento, Monteil, o director e principal accionista da editora, chamou-me e, envergonhado, contou que havia recebido pressões no sentido de renunciar à publicação do livro de Aquilino Ribeiro. Motivo: a Difusão estava comercialmente ligada à Bertrand e poderia daí resultar problemas. Não ficou claro que pressões tinham sido exercidas sobre ele, nem qual a sua origem. Não tentei aprofundar o assunto, porque o próprio Monteil havia já resolvido a questão principal. O livro estava pronto; apenas faltavam a encadernação e a capa. Monteil falara com Paulo Duarte e *Quando os Lobos Uivam* seriam apresentados sob a responsabilidade da editora Anhemi (sic), dirigida por aquele destacado escritor e professor universitário, um dos intelectuais brasileiros mais detestados pelo fascismo português pelo seu combate permanente à ditadura de Salazar (RODRIGUES, 2004, p. 55).

A editora Difusão Europeia, citada por Urbano Rodrigues, teve em seus quadros Fernando Correa da Silva<sup>7</sup> e Vítor Cunha Rego<sup>8</sup>, este membro do Partido Socialista Português (PSP) e fundador da editora Felman-Rêgo. A editora propunha justamente editar livros que não conseguiram ser editados em Portugal, e divulgar aos brasileiros a luta encampada nas colônias portuguesas<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Dentre as reflexões de Urbano Rodrigues (2004a), o mesmo vislumbra a atuação da PIDE fora dos domínios portugueses.

<sup>7</sup> Depoimento de Fernando Mourão em sua residência em Caucaia do Alto, em 28/02/2010.

<sup>8</sup> A professora Maria Hermínia Tavares aponta que Vítor Rego foi editorialista do *OESP* no período da década de 1960. Entrevista concedida por e-mail, em 24/03/2009.

<sup>9</sup> A informação da criação da editora Felmam está baseada no depoimento de Fernando Mourão concedido em sua casa, em 29/05/2009, e no livro de Urbano Rodrigues (2004, p. 55).

Apesar de fazer parte da luta antissalazarista, Vítor Cunha Rego não era muito próximo do PCP, como expõe Urbano Rodrigues, que ainda o notabiliza como um “franco atirador”<sup>10</sup>. Todavia, apesar da sua distância do PCP e do Portugal Democrático, em seus primeiros trabalhos Vítor Rego editou *A resistência em Portugal*, de Amílcar Gomes Duarte, autor ligado ao PCP. Este livro reunia breves textos sobre a luta do povo português contra o salazarismo<sup>11</sup>.

Além dos livros sobre a luta em Portugal, a editora Felman-Rêgo lançou a obra *Angola através dos textos* (1967), uma antologia de ensaios destinada a ampliar o conhecimento sobre as atrocidades cometidas pelos portugueses na colônia de Angola. Este livro conta com a capa de Fernando Lemos<sup>12</sup>, artista plástico português que lutou contra o salazarismo e fez parte do periódico Portugal Democrático e que, desde aquela época, reside em São Paulo. A capa tem o rosto de duas crianças negras com olhares enigmáticos e, na orelha do livro, o seguinte poema de Agostinho Neto:

Sons de grilhetas nas estradas  
cantos de pássaros  
sob as verduras úmidas das florestas  
frescura na sinfonia adocicada  
dos coqueirais  
fogo  
fogo no capim  
fogo sobre o quente das  
chapas de cayatte.  
Caminhos largos cheios de gente,  
cheios de gente  
cheios de gente em êxodo de toda a parte  
caminhos largos para horizontes fechados  
mas caminhos  
caminhos abertos por cima  
da impossibilidade de braços.

Do poema “Fogo e Ritmo” (Agostinho Neto, apud REGO e MORAIS, 1962).

---

<sup>10</sup> “Vítor assumira uma posição esquerdista de contornos pouco claros. Não ligava a qualquer organização maoísta, mas perante as grandes questões internacionais definia-se antes de mais por um anti-soviético cuja fundamentação teórica provinha sobretudo das teses chinesas” (RODRIGUES, 2004, p. 56).

<sup>11</sup> “Em relação ao livro, Urbano Rodrigues evidencia que no Brasil poucos deram conta que o autor ocultava sob um pseudônimo; os três pronomes eram os nomes que na clandestinidade usavam Sérgio Vilarigues, Pires Jorge e Álvaro Cunhal. Somente alguns anos mais tarde, já em plena ditadura dos generais, foi revelado no Brasil que o autor do trabalho fora o escultor José Dias Coelho, assassinado pela PIDE” (RODRIGUES, 2004, p. 56).

<sup>12</sup> Registramos que Fernando Lemos, juntamente com Fernando Correa da Silva, o almirante Alfredo Moraes Filho do Clube Positivista do Rio de Janeiro e Noémio Weniger vieram a montar uma editora infantil denominada Giroflé. Depoimento Fernando Mourão em sua residência em Caucaia do Alto, em 28/02/2010.

Os textos do livro de Rego e Morais (1962) incluem reportagens que foram anteriormente publicadas em diversos periódicos, como o *Portugal Democrático*, *Le Monde*, *The Washington Post* e *Tribuna Livre*; entrevista de líderes como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz; trechos de livros; resenhas dos livros de José Honório Rodrigues, *Brasil e África – outro horizonte*, e de Basil Davidson, *O despertar da África* e *The new statesman*, ambos de 1961, entre outros jornais e livros. Não obstante, havia documentos do MPLA, como seu programa de 1961, que tinha como uma de suas principais metas a imediata e completa independência de Portugal.

A pretensão do livro era a de informar ao público brasileiro o que acontecia além-mar. Por isso, seus organizadores selecionaram variados textos da imprensa nacional e internacional, além do próprio MPLA. O trabalho de 223 páginas era na realidade uma introdução temática para o público leigo, o qual, muitas vezes, chegava a ignorar qual era a língua oficial falada em Angola.

Como na década de 1950, os anos 1960 e 1970 não dissociavam arte e política. À época, mesmo a arte menos engajada possível também era considerada política, como confirmam as pesquisas de autores como Elio Gaspari (2003) e Zuenir Ventura (1989).

A editora Felman-Rêgo, que tanto apoiou a divulgação da situação sobre a guerra anticolonial promovida pelo colonialismo português, também não deixou de lançar livros sobre literatura. O poeta, artista plástico, arquiteto e que ex-deputado em Angola, Fernando da Costa Andrade, membro do MABLA, teve seu trabalho de poesia editado por Vítor Cunha Rego. O livro *Tempo em Itália*, de 1963, reúne vários poemas do período em que Costa Andrade esteve exilado na Itália. Seus poemas são “odes” à independência de sua terra:

Não acredito  
Que este povo que venera a Resistência  
Seja contra a liberdade  
(a liberdade não conhece a geografia do fascismo  
a liberdade não conhece Franco e Salazar)  
A liberdade é a raiz da Resistência:  
Resistência italiana  
cubana  
ou argelina.  
A Resistência de Angola.  
Este povo está conosco (sic) eu sei  
Mas não basta que eu o saiba.

Confirmem-no os que podem claro e forte.  
A vocação africana apregoada  
Será depois uma verdade  
Estreitando as nossas mãos.  
(ANDRADE, 1963, p. 73).

O poema de Costa Andrade convoca o povo à “Resistência”, em maiúsculo, dizendo justamente que a vontade de liberdade era maior que os regimes de cunho totalitário mencionados, como o franquismo que solapou a Espanha até década de 1970, o fascismo, que assolou a Itália até meados da década de 1940, e o próprio salazarismo, cujo regime Costa Andrade conhecia muito bem e expressava em seus escritos.

A noite não é a mesma em toda a parte  
Todos sabemos disso  
Em Itália durou mais de vinte anos  
Em Angola, bem diferente, dura há quinhentos anos.  
Hoje à noite  
aqui também é outra  
Não tem Kissanges chorando  
Nem incursões fascistas  
Nem besugo contra angolano  
(besugo à noite tem medo  
de dia tem bombas napalm  
pelotões de tortura  
Capitães eichman  
Besugo é como o rafeito)  
(ANDRADE, 1963, p. 55).

Nesse poema Costa Andrade fala dos vinte anos de fascismo vivenciados na Itália, ao se referir à duração da noite nesse país. Contudo, quando chama atenção para Angola, o caso é mais grave, já que não fala somente do salazarismo, que vem desde 1928, mas refere-se a todo período de colonização dos portugueses na África. Trata-se de uma longa trajetória que inclui vários regimes políticos e processos históricos.

Levemos em conta os regimes políticos: inicialmente a monarquia, o período da ocupação francesa bonapartista em Portugal, que originou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, quando Angola foi comandada do Brasil, passando pelo retorno da monarquia em Portugal, à República, e o regime de exceção denominado Salazarismo, até 24 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, a noite colonial foi bem longa. Costa Andrade carrega em seus versos quinhentos anos de exploração: seu poema vislumbra ainda os efeitos do *napalm*, das

bombas jogadas em território angolano que mataram e mutilaram milhares de pessoas, além do cometimento de diversas torturas.

O ponto de vista explorado por Costa Andrade chama atenção para duas visões do processo colonial: uma que enfatiza que o “inimigo” era o salazarismo, e não o povo português; outra que se contrapunha ao Estado português, englobando todo o período da colonização. Livros recentes sobre a história de Angola enfatizam que a reação ao colonialismo não foi um acontecimento próximo, mas assinalam que ela existiu em vários momentos, desde séculos passados.

A orelha desse livro foi escrita pelo professor Fernando Mourão, que descreve as qualidades artísticas de Costa Andrade, as quais, segundo ele, são perceptíveis desde o período quando era aluno secundarista em Angola, tendo participado de diversos movimentos culturais, além de, mais tarde, estudar na Escola de Belas Artes de Lisboa. No final dessa orelha, Mourão faz-lhe um pedido:

Formulo um pedido ao poeta e ao amigo: ao abandonares o Brasil – agora para ti terra de exílio – e antes que cantes o Grande Dia, não deixes de escrever Tempos Angolanos no Brasil (Fernando Mourão apud ANDRADE, 1963).

Rodrigues (2004) relata ainda que, em 1964, com o golpe civil-militar, a editora Felman-Rêgo acabou fechando e Vítor Cunha Rego saiu do país. O pesquisador afirma que à época Rego estava traduzindo, do francês para o português, um livro de Lenin intitulado *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. No entanto, como fora visto anteriormente andando pela editora com uma delegação chinesa, ele temia ser preso.

A Arquimedes Edições publicou no Brasil o livro *Viragem* (1967), do escritor Castro Soromenho<sup>13</sup>. Na contracapa deste há uma foto do autor e a frase “é preciso dar este livro a ler

---

<sup>13</sup> “Nascido, em 1910, em Vila de Chinde, Zambézia, Moçambique, era filho de Artur Ernesto de Castro Soromenho, antigo Governador dos Distritos de Congo, Huíla e Moxico e Governador de Luanda (Angola) e de Stella Fernançole de Leça Monteiro de Castro Soromenho, de família Caboverdiana. Em 1960, sua atividade de oposição ao regime político levou-o a escolher o exílio e a instar-se em Paris, de onde partiu para os Estados Unidos a convite da Universidade de Wisconsin, em 1961. Naquela Universidade fez parte da comissão encarregada da seleção de material para curso de Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira, e regeu o curso de Literatura Portuguesa durante a ausência do catedrático, Professor Machado Rosa, autor do convite. Depois de seis meses nos Estados Unidos, Castro Soromenho regressou à França em agosto de 1961, passando por Barcelona. Foi leitor de português e espanhol da casa editora Gallimard e colaborou na revista *Présence Africaine e Révolution* de Paris, dedicando-se também à investigação da literatura científica portuguesa a secção da África do Museu o Homem, em Paris, sob orientação de Michel Leiris, investigador do Centre National de La Recherche Scientifique.

a muita gente, é urgente conhecer as relações humanas de que ele traça um quadro inteiramente verossímil” (SAROMENHO, 1967). A capa tem uma imagem de mulher negra com seios despidos e com um colar<sup>14</sup>.

A orelha desse livro foi escrita pelo professor Fernando Mourão, que corteja a obra como uma grande contribuição para a literatura africana. Ele desenvolveu na Universidade de São Paulo a sua dissertação de mestrado em sociologia, a qual foi, posteriormente, editada e publicada como o livro *A sociedade angolana através da literatura* (1978). A obra desmistifica a construção que o colonizador fizera sobre as colônias e as limitações da ação dos brancos, trazendo o que ele chama de “África real”. Na apresentação da obra de Castro Soromenho, Mourão escreveu o seguinte:

O homem negro, esse grande desconhecido da maioria do público europeu, é apresentado ao leitor como um ser com a sua própria cultura com as suas riquezas e misérias. O negro e a África não são cenários na obra de Castro Soromenho. Pelo contrário é o fulcro de toda a sua obra – Mas Castro Soromenho não é um negro? Exclamou um dia o poeta Leopold Segnhor. Para o presidente – poeta era lhe difícil aceitar a idéia que o autor da *Terra Morta* e de tantas outras obras fosse um branco! Murique, esse filho do Cuango conservou a sua personalidade de negro e acaba endoidecendo. O desespero por vezes toma Paulina e o Alves. Sós e isolados, todos eles num meio inóspito. Inóspito para brancos e mesmo para os negros agora incapazes de o dominar como outrora quando eram senhores da terra que os “germinava” e alimentava, essa terra de que soba Calendende levava “a saudade de seu país perdido (Fernando Mourão apud SOROMENHO, 1967).

Dando continuidade ao debate sobre as trocas no âmbito da literatura e a presença de editoras neste processo, ainda temos o registro da participação de grandes editoras como a Civilização Brasileira e Brasiliense. A primeira foi responsável pela a edição de um clássico dos estudos sobre as relações entre Brasil e África, o livro de José Honório Rodrigues, *Brasil e*

---

Em dezembro de 1965, parte para São Paulo, Brasil. Na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo e no Centro de Estudos Africanos, regeu os cursos de Introdução à Sociologia da África Negra, em 1966; Sociologia da África Negra, entre 1967 e 1968, bem como um curso livre de Sociologia Negra na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara, durante um semestre. Castro Soromenho faleceu em São Paulo, a 18 de junho de 1968. No Brasil publicou um romance, *A chaga*, publicada posteriormente pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, 189 páginas, segundo de uma trilogia começa com *Viragem* e que ficou por terminar (MOURÃO, 1978, p. 123). Sobre a vinda de Castro Soromenho para o Brasil, o professor Mourão relatou que ele teve a colaboração de dois portugueses exilados no país, Adolfo Casais Monteiro e o capitão João Sarmiento Pimentel, que conseguiram uma permissão especial de visto para Castro Soromenho e sua família, de Paris para o Brasil, por meio do Chefe da Casa Civil do Presidente Castelo Branco, Luís Viana Filho. Essa informação foi obtida por meio de entrevista realizada no dia 01/03/2010, em Caucaia do Alto, SP.

<sup>14</sup> Foto colhida no documentário feito sobre o livro, intitulado *A maravilhosa viagem de Castro Soromenho*, publicado em Portugal (SOROMENHO, 1967).

*África: outro horizonte* (1961), que até hoje serve como base para os estudos sobre o continente africano.

Essa mesma editora lançou o livro do médico angolano, Américo Boavida, intitulado *Angola cinco séculos de exploração portuguesa* (1967). Urbano Rodrigues descreve em seu livro como se deu a publicação daquela obra no Brasil:

[...] na época em que o MPLA tinha o quartel-general em Leopodville, eu mantivera correspondência com Américo, um dos responsáveis pelos serviços médicos da MPLA. Situações complexas, ligadas a problemas que o Movimento enfrentou pouco depois, atiram o jovem médico angolano – irmão do futuro ministro Diógenes Boavida – para Barcelona. Quando, após um intermezzo em Rabat, entrou em Angola clandestinamente para reintegrar na luta descobrimos ambos que o sentimento nascido do diário epistolar evoluíra. Éramos amigos. Um dia recebi um manuscrito seu acompanhado de uma pergunta: haveria alguma possibilidade de aquilo aparecer em livro no Brasil? A resposta não tardou muito. O trabalho, com prefácio meu, foi editado pela Civilização Brasileira e apresentado em São Paulo numa sessão em que embaixadores de três países africanos – Argélia, a Síria e o Egípto – (sic) autografaram exemplares em nome do autor, que se batia, em lugares, nas savanas de Angola, contra o colonialismo português denunciado nas páginas da sua obra. As comunicações eram morosas. Passaram meses antes que recebesse uma carta comovia de Américo. Eram muito diferentes das anteriores. Ele informava que recebera na Zâmbia, após longa viagem meia dúzia de exemplares do seu livro num dia em que trabalhavam ali com Agostinho Neto. A alegria e a surpresa foram tamanhas que improvisaram uma dança (RODRIGUES, 2004, p. 63).

Américo Boavida, que foi um grande expoente da luta anticolonial, acabou sendo morto no campo de batalha<sup>15</sup>. Deolinda Rodrigues, que foi uma militante do MPLA e é considerada heroína em Angola, relatou que, quando aluna secundarista em Luanda, teve a oportunidade de assistir a uma palestra de Boavida. A palestra teve como objetivo discutir sobre os males do colonialismo e organizar a juventude protestante de Angola. Boavida foi o organizador do Corpo Voluntário Angolano de Ajuda aos Refugiados (CVAAR). Com a colaboração de outros médicos, entre eles, João Viera Lopes, Edmundo Rocha e tantos outros, acolheram os refugiados angolanos no Congo, prática que inspirou o Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA).

Seu livro, como o próprio título sugere, é uma denúncia aos cinco séculos de exploração colonial, abordando o assunto envolvendo as questões econômicas, políticas e sociais entre

---

<sup>15</sup> No dia 25 de setembro de 1968, três helicópteros da Força Aérea Portuguesa metralharam durante quase duas horas um acampamento do MPLA no Moxico, destruindo com tapetes de bombas as instalações hospitalares dessa base (RODRIGUES, 2004, p. 65).

Portugal e Angola. O prefácio escrito por Urbano Rodrigues exalta a falta de conhecimento dos brasileiros sobre África. Escrita por Edson Carneiro<sup>16</sup>, a orelha elencou diversos fatos que denunciam o anacronismo do colonialismo português, como o artigo 106 da Constituição portuguesa, que permitia ao Estado forçar os “indígenas” a trabalharem em serviços públicos de interesse geral da coletividade. Também denuncia a administração angolana por “arrebanhar” nas aldeias, negros fisicamente aptos para trabalhar nas minas da Rodésia e da África do Sul, segundo Boavida (1967), em torno de 160.000 por ano. Importa mencionarmos ainda o extermínio por *napalm*, que matou mais de 300.000 angolanos naquele período.

O prefácio e a orelha do livro permitem inferir o conteúdo de denúncia do regime salazarista, que o autor desenvolve ao longo da sua obra. Na época da sua publicação do livro teve ampla repercussão na imprensa portuguesa e, segundo Urbano Rodrigues (2004), o autor e a obra foram injuriados pela *Voz de Portugal* e o *Mundo Português*, que faziam apologia ao regime salazarista.

A Brasiliense, editora do historiador e intelectual brasileiro, Caio Prado Junior, também editou livros relacionados à África. Urbano Rodrigues aponta que o livro *A guerra em Angola*, de Mário Moutinho de Pádua, foi “o primeiro e pungente relato dos crimes cometidos pelo exército português no norte de Angola no ano de 1961” (RODRIGUES, 2004, p. 57). A repercussão deste livro no meio estudantil foi bastante intensa e causou choque, já que o livro trazia em minúcias os horrores da guerra.

Das várias iniciativas editoriais descritas por Urbano Rodrigues, uma que não deu certo: o livro de Basil Davidson sobre a luta na Guiné-Bissau, que foi escrito a partir de uma viagem realizada pelo próprio autor às selvas da então colônia. Urbano Rodrigues conta que a obra agradou tanto que escreveu a Amílcar Cabral e Basil Davidson, sugerindo a sua publicação no Brasil – após negociações e o pagamento antecipado de mil dólares do PAIGC pela edição brasileira, que assegurava ficar com certo número de exemplares.

Ênio da Silveira escreve uma carta ao Urbano Rodrigues, na qual diz: “não esqueço o choque e a amargura sentido quando recebi a carta de Ênio da Silveira, impregnada de tristeza

---

<sup>16</sup> Edson Carneiro é citado por Marcelo Bittencourt (2006, p. 101) como membro do comitê de solidariedade ao povo angolano. E também num documento da Secretária de Relações Exteriores, que vai ser trabalhado no segundo capítulo deste livro.

e vergonha, informando que a edição inteira, impressa em São Paulo na gráfica da Brasiliense, havia sido destruída”<sup>17</sup>.

Ao folhear o livro, o filho mais novo de Caio Prado, em uma decisão repentina, mandou picotar todos os exemplares. Urbano Rodrigues relata a intensificação da repressão do regime civil-militar, todavia, diz a que era ainda dúvida. Embora censurassem obras contra o regime brasileiro, toleravam escritos anticolonialistas<sup>18</sup>.

Dentre as publicações desse período, também destacamos a do embaixador negro Raymundo Souza Dantas que serviu em Gana e publicou pela editora Leitura S.A, o livro *África difícil* (1965). O livro aborda o período de dois anos da atuação do autor como embaixador em Gana, o qual expõe, a partir das anotações do seu diário, suas impressões sobre o continente.

Ressaltarmos também que as publicações de órgãos do Estado também eram comuns, pois, antes de Raymundo Dantas, o Instituto Brasileiros de Estudo Afro-asiáticos (1961), órgão ligado à presidência da República, publicou diversas obras. Moacir Werneck de Castro escreveu *Dois caminhos da revolução africana* (1962), livro que foi editado pelo IBEEA. Werneck de Castro, que era membro do Instituto, escreveu essa obra quando foi à África a serviço do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, onde trabalhava como redator-chefe. Ele dedica a obra a Mário de Andrade, líder do MPLA, e também a Mário de Andrade, escritor brasileiro:

A Mário de Andrade, intelectual e combatente pela liberdade de Angola, terra irmã. Á memória de Mário de Andrade, o brasileiro, a quem um dia se fez sentir o “vento violento / que arrebenta dos grotões da terra humana / exigindo céu, paz e alguma primavera!” (CASTRO, 1962, p. 34).

Sobre a viagem<sup>19</sup> que fez para a África, Werneck de Castro nos conta que planejava passar por Senegal, Guiné, Gana, Nigéria e Congo, porém, quando estava em Dakar, em agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência, fato que o levou a interromper o planejamento. A renúncia pegou a todos de surpresa, pois o presidente Quadros estava implantando uma política de aproximação do continente africano e, para isso, havia criado o IBEEA, onde Werneck de Castro editou sua obra. Todavia, durante o período que permaneceu no continente,

---

<sup>17</sup> *Id. Ibid.*, 2004, p. 60.

<sup>18</sup> Cumpre observarmos que Urbano Rodrigues (2004, p. 61) diz que a real causa da destruição do livro de Davidson fora uma crise de doença mental, ainda mal diagnosticada, de que o moço sofria.

<sup>19</sup> A que permitiu que participasse do voo inaugural da linha Panair, do Brasil para o Cairo.

Castro conseguiu entrevistar os principais líderes africanos envolvidos na luta pela independência. Entrevistou Gamal Nasser, líder e depois chefe de Estado do Egito, Mamadou Dia, que foi primeiro ministro de Senegal, Kwame Nkrumah, presidente de Gana, e Mário Pinto de Andrade, líder do MPLA.

Na entrevista a Mário Pinto de Andrade, o líder do MPLA falou sobre suas atividades como secretário da revista *Présence Africaine*, editada em Paris, na qual, sob o pseudônimo de Buanga Fele, escreveu “*O que é o lusotropicalismo?*”, artigo que denuncia a segregação e a assimilação como estratégias políticas utilizadas pelo poder colonial para assegurar seus privilégios sobre a população colonizada. Entrevista “profética”, haja vista que Mário Pinto de Andrade acreditava que o conflito poderia tomar contornos internacionais, principalmente porque países como a África do Sul, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, esses dois últimos ligados à OTAN, tinham interesses geoeconômicos em Portugal e em suas colônias. Trata-se de fatores que logo após se descortinaram, como Kenneth Maxwell discorre em seu livro:

torna-se crucial para a guerra naval no Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial, e Salazar manobrou em proveito de Portugal a necessidade que os Aliados tinham de conseguir permissão para que eles, e não os alemães usassem o local como base militar [trata-se de uma base aérea militar]. Durante a guerra, os britânicos, invocando os antigos tratados anglo-portugueses, haviam tentado estabelecer instalações militares no arquipélago para combater a atividade naval alemã no Atlântico, e estavam dispostos a tomar os Açores caso Salazar persistisse em negar-lhes uma base ali. Churchill chegou a dar um ultimato a Salazar. Finalmente as negociações, boa parte delas conduzidas por Humberto Delgado pelo lado português, foram bem-sucedidas e Salazar aquiesceu em agosto de 1943. Os americanos conseguiram acesso às instalações dos Açores sob a égide da aliança britânico-portuguesa, mas nas negociações chefiadas por Geroge Kennann, *Charge d'affaires* em Lisboa. Salazar obteve uma crucial compensação de Washington: o compromisso de que, em troca do acesso à base açoriana, os Estados Unidos respeitariam a integridade territorial das colônias portuguesas (MAXWELL, 2006, p. 76-77).

Voltando às produções realizadas pelo IBEEA, também há o livro *Senhor em diálogo* (1965), editado logo após o golpe civil-militar do Brasil. A publicação decorre de um debate promovido pelo IBEEA na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1964. A mesa de conferencistas contou com a presença do presidente do Senegal, do senador Afonso Arinos (que, no período do presidente Jânio Quadros, foi Ministro das Relações Exteriores), Pr. Fernando B. de Ávila e o professor Cândido Mendes, que depois viria a fundar a Universidade Cândido Mendes.

O debate circundou, sobretudo, acerca dos desafios sofridos pelos países de terceiro mundo e da necessidade da união dessas nações. A mensagem deixada pelo IBEEA foi expressa por Arinos, quando coloca que

está certo de, no exercício de suas específicas finalidades nos quadros das instituições oficiais do país, trazer a público um autêntico diálogo, aberto à nova perspectiva histórica, africana e brasileira (ARINOS, 1965, s/p).

Os livros destacados nessa pesquisa têm como objetivo apresentar um panorama abrangente do que foi publicado sobre o assunto entre as décadas de 1960 e 1970. Identicamente eles mostram que, além da imprensa, as editoras também cumpriram um papel significativo para a informação dos brasileiros sobre o que se passava na África, pelo menos acerca das partes representadas pelos colaboradores africanos e portugueses que se exilaram no Brasil, bem como os brasileiros que apoiaram tais manifestações.

### **Os centros de estudos africanos no Brasil**

No interstício das décadas de 1950 e 1960 assistimos ao surgimento de centros de estudos africanos no Brasil, importantes instituições voltadas para estimular a produção e a divulgação de conhecimentos sobre o continente africano em nosso país.

O primeiro desses centros foi criado em setembro de 1959, na então Universidade da Bahia (atual UFBA), antes mesmo da política de aproximação do continente africano, efetivada poucos anos depois pelo presidente Jânio Quadros.

O CEAO [Centro de Estudos Afro-orientais], embora tenha sido lançado num ambiente de cumplicidade com o colonialismo português, tomou, desde logo, um rumo em direção a uma África descolonizada e a uma interação com a comunidade negra da Bahia. A sua atuação pioneira vai se fazer sentir, principalmente, a partir do governo Jânio Quadros (CONCEIÇÃO, 1991, p. 84).

A oportunidade da criação do centro surgiu no contexto da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, tendo como animador da ideia o professor português Agostinho da Silva, desde há muito afeito às realidades africanas. Apoiado institucionalmente pelo reitor Edgar Rego dos Santos, Agostinho da Silva foi o seu primeiro diretor e teve como

colaboradores mais próximos Vivaldo Costa Lima, Waldir Freitas de Oliveira e o casal Guilherme Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro<sup>20</sup>.

Potenciais mercados consumidores, os jovens países africanos eram cobiçados pelos projetos do governo Jânio Quadros, que passou a apoiar as iniciativas do CEAO.

Incentivado pela política africana dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o CEAO foi pioneiro em vários aspectos no exercício da cooperação do Brasil com a África. A ele coube acolher os dois primeiros grupos de bolsistas africanos, chegados ao Brasil através de um programa de intercâmbio iniciado no governo Quadros, e ministrar cursos intensivos de língua portuguesa e cultura brasileira (CONCEIÇÃO, 1991, p. 87).

Chegados em 1961, o primeiro grupo de intercâmbio de africanos foi composto por quatorze estudantes oriundos majoritariamente de países da África Ocidental<sup>21</sup>. Dentre eles destacamos a presença do camaronês Paul Étame Ewane, que estudou na USP até a obtenção do grau de mestre em sociologia<sup>22</sup>, e do guineense Fidélis Cabral D`Almada, que se formou em direito pela Universidade de São Paulo. Ambos, juntamente com Fernando Mourão, contribuíram para a formação do Centro de Estudos Africanos da USP, do qual trataremos a seguir.

No governo Jânio Quadros foi criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), órgão que esteve ligado diretamente à presidência da República. Para o primeiro diretor do Instituto, Eduardo Portela, seu objetivo era conhecer melhor o continente africano, conforme preconizava o governo Quadros. O Instituto foi criado a partir da inspiração da Conferência de Bandung<sup>23</sup> e tinha por função colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia.

---

<sup>20</sup> Sobre a criação do CEAO, ver OLIVEIRA JUNIOR, 2010.

<sup>21</sup> “As dificuldades em se relacionar com as áreas colonizadas por Portugal revelaram-se em outro empreendimento pioneiro inaugurado pelo Centro: o intercâmbio de estudantes africanos com instituições universitárias brasileiras. Dos quatorze primeiros estudantes africanos chegados à Bahia em 1961, apenas um era proveniente de uma colônia portuguesa – Cabo Verde. Apesar da desproporção, o ineditismo da chegada dos estudantes ao Brasil concretizou-se pela existência de um clima favorável para as relações exteriores com os países do terceiro mundo” (OLIVEIRA JUNIOR, 2010, p. 205).

<sup>22</sup> Segundo Fernando Mourão, ele estudou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Depoimento colhido em 19/01/2010, Caucaia do Alto – SP.

<sup>23</sup> Vemos que quando as ex-colônias iniciaram o processo de independência, aconteceu a Conferência de Bandung em 1955. Nesta conferência as nações africanas e asiáticas colocaram-se como não alinhadas a correntes ideológicas, portanto, não seguiriam Socialismo (URSS), nem o Capitalismo (EUA) (SANTOS, 2018, p. 232).

Outro diretor do IBEEA foi Cândido Mendes, que permaneceu no cargo até a implantação da ditadura civil-militar. Segundo o professor José Maria Nunes Pereira da Conceição, o lobby português junto ao governo “esmoreceu” as intenções do Instituto.

Outra instituição congênere foi construída na Universidade de São Paulo e ficou conhecida como Centro de Estudos Africanos (CEA). Os principais empreendedores do projeto foram o professor Fernando Mourão com o apoio dos professores Ruy Coelho e Eurípides de Paula, contando com ajuda inicial de africanos que estudavam na USP.

Sua estruturação se deu por etapas. Na primeira etapa, em 1965, ainda com o nome de Centro de Estudos e Culturas Africanas (CECA), a entidade esteve ligada à cadeira de Sociologia II, do professor Ruy Coelho. Somente em 1969 o órgão obteve autorização para o seu funcionamento e adquiriu o nome atual. Diferentemente dos demais centros mencionados até então, que tinham como escopo de suas pesquisas as áreas dos estudos asiáticos, afro-brasileiros e étnico-raciais, o CEA desde a sua fundação sempre lidou exclusivamente com temáticas africanas.

Por último<sup>24</sup>, em 1973, houve no Rio de Janeiro a criação do Centro Afro-Asiático (CEAA). A implantação deste Centro foi, na realidade, a retomada da iniciativa do IBEEA, interrompida em 1964 pelo regime civil-militar, adaptada à estrutura de uma instituição privada, o Centro Universitário Cândido Mendes. Aquele era um período de estreitamento das relações do regime civil-militar com a África, inaugurado pela visita do ministro das relações exteriores Mário Gibson Barboza ao continente um ano antes.

O CEAA foi criado por José Maria Nunes Pereira da Conceição e Cândido Mendes. Cândido Mendes que, como descrito em linhas anteriores, fez parte do IBEEA, foi assessor técnico do presidente Jânio Quadros, e visitou vários países africanos, tendo tido contato com Leopold Senghor, Kwane N`Krumah e Julius Nyrere. Tais contatos foram de suma importância para o desenvolvimento das relações posteriores do CEAA.

---

<sup>24</sup> José Maria aponta que na década de 1970 ainda havia o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Estadual de Londrina, pouco atuante por falta de recursos (CONCEIÇÃO, 1991, p. 10).

## Considerações Finais

Simultaneamente, em cada margem do Atlântico Sul, grupos de jovens intelectuais se propuseram a promover e difundir cultura e granjearam ação política. Esta esteve presente nas organizações e instituições por meio das quais, a partir da década de 1950, se firmou o intercâmbio entre esses intelectuais, assaz proveitoso para ambos os lados: ao colocar conhecimentos em circulação, o que à época era proibido pelos órgãos de censura salazaristas, o intercâmbio ajudou tanto na organização da luta emancipacionista em Angola, como no incremento dos estudos africanos no Brasil.

A ambiguidade da recepção da imagem do Brasil pelos angolanos marcou a passagem de manifestações nativistas, para uma postura marcadamente anticolonial. Pois, a exemplo da moderna literatura daquele país, que também havia sido colonizado no passado, era dotada de expressão própria mesmo que em língua portuguesa, e serviu de inspiração para que os jovens intelectuais de Angola fomentassem sua angolanidade.

Porém, enquanto aqueles intercâmbios se firmavam, o discurso luso-tropicalista foi adotado pelo império português. Essa adoção pretendia legitimar a continuidade do colonialismo português na África, com a promessa de promover ali “novos Brasis”. Desmascarado por Buanga Fele (Mário Pinto de Andrade), foi justamente contra esse ideário que a maioria dos novos intelectuais de Angola passou a lutar pela emancipação, agora não só cultural, mas também política, do seu país.

Por meio da análise das obras dos membros do MNIA publicadas na revista *Sul*, pudemos verificar sua heterogeneidade discursiva, além dos diferentes rumos tomados por cada um deles a partir da década seguinte, ou seja, no começo da luta anticolonial. A abordagem biográfica nos permitiu ampliar as perspectivas de uma mesma realidade, seja sobre um mesmo objeto de estudo, ou sobre um determinado contexto histórico, rompendo com as leituras capitaneadas por categorias generalistas e abrangentes.

De maneira geral, a passagem da década de 1950 para 1960 foi marcada pelos processos de independência entre os países africanos. Não por acaso, 1960 ficou conhecido como “o ano da África”, já que desde o início da descolonização até aquele ano, vinte e uma nações haviam

conquistado a sua independência. Aquela onda de descolonizações inspirava desígnios emancipacionistas que, em 1961, consumou-se dentre os territórios dominados pelos portugueses, com o início da guerra anticolonial. Foi este o contexto do estabelecimento do MABLA, um período marcadamente anticolonialista, do qual as mútuas colaborações entre angolanos e brasileiros da década anterior teriam sido decisivas para a sua organização e posterior atuação.

Também evidenciamos que, a partir da década de 1960, uma série de editoras brasileiras passou a produzir livros sobre o continente africano. Com temáticas variadas, essa produção versava desde denúncias sobre o colonialismo, passando pelas histórias e literaturas africanas, bem como a divulgação da literatura brasileira em solo africano. Nos chama atenção que, somente em 2003, diante da promulgação da lei 10.639, houve um retorno do interesse editorial por esses assuntos no Brasil. Sucedeu, então, um hiato de aproximadamente quarenta anos na produção sistemática sobre esses temas.

A breve apresentação do histórico dos centros de estudos africanos no Brasil justifica-se, pois, por seu intermédio, demonstramos a proximidade que essas instituições tiveram com as mobilizações pró-independência das colônias africanas. Seus atores são constantemente mencionados como partícipes das lutas que levaram à conscientização da necessidade das independências das colônias africanas. Percebemos uma linha tênue que separa esses centros de uma militância pró-independência: eles surgiram naquele momento para contribuir, não só para ampliar os rarefeitos conhecimentos sobre o continente africano, mas também para reunir pessoas inconformadas com a manutenção do jugo colonial português na África.

Nossas pesquisas mostraram o quão frutíferos foram os intercâmbios intelectuais e institucionais angolano-brasileiros realizados em meados do século passado. Num presente marcado pelo anseio de descolonizar os saberes, o incremento às relações sul-sul poderá ser uma saída importante para colocar-nos diante de outros pontos de vista, compartilhando nossas experiências, buscando alternativas aos novos colonialismos-imperialistas que nos regem hodiernamente. O resgate e o exame daquelas iniciativas do passado expõe a ausência de intercâmbios político-culturais que poderiam ser realizados hoje, em detrimento da pluralidade dos meios tecnológicos disponíveis e das condições políticas atuais, comparativamente, mais favoráveis.

## Referências bibliográficas

ABRANTES, Carla Susana Alem. *Narrando Angola: a trajetória de Mário António e a invenção da “literatura angolana”*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Costa. *Tempo angolano em Itália: poemas*. São Paulo: Felman-Rego, 1963.

ANDRADE, Mário Pinto de; TENREIRO, Francisco José (Orgs.). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa (Cadernos de Poesia)*, 1953. In: CasaComum.org. Exemplar original, com emendas e anotações manuscritas. Fundo: Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83530](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83530). Acesso em: 06 jul. 2015.

BITTENCOURT, Marcelo. *As relações Angola-Brasil: referências e contatos*. In: Rita Chaves; Carmen Secco; Tania Macêdo. (Org.). *Brasil / África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo; Luanda: UNESP; Chá de Caxinde, 2006, v., p. 79-109.

BITTENCOURT, Marcelo. “*As linhas que formam o “EME”*: Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola”. Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos Juntos” O MPLA e a Luta Anticolonial (1961 – 1974)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

BITTENCOURT, Marcelo. A criação do MPLA. *Estudos Afro-Asiáticos*. CEAA-UCAM, Rio de Janeiro, n. 32, p. 185-208, dezembro de 1997.

BOAVIDA, Américo. *Angola Cinco Séculos de Exploração Portuguesas*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

CASTELO, Cláudia. ‘*O modo português de estar no mundo*’: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Dois Caminhos da Revolução Africana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.

CASTRO, Soromenho. *Viragem*. São Paulo: Arquimedes, 1967.

CAZOLARI, Tereza Paula Alves. Antônio Jacinto: uma revelação no compasso da angolanidade. In: CAMPOS, Maria do Carmo Sepúlveda; SALGADO, Maria Teresa. *África & Brasil: letras em laços*. São Caetano do Sul/SP: Yendis Editora, 2006.

CONCEIÇÃO, José Maria N. Pereira. *Os estudos africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso*: CEEA (1973-1986). Dissertação de Mestrado, em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

COSME, Leonel. A literatura e as guerras em Angola. No princípio a Era o verbo. *Cultura: revista de história e teoria das ideias* [online]. Vol. 34, 2015. Disponível em: <http://cultura.revues.org/2581>. Acesso em: 06 out. 2016.

CRUZ, Viriato da. 'Na encruzilhada'. *Revista Sul*, Florianópolis, março, 1953.

CRUZ, Viriato da. *Manifesto do Movimento Anti-Colonialista (MAC)*, 1957. Elaborado em 1957 e redigido na sua forma final entre 1957 e 1959. Edição de responsabilidade do Departamento de Informação Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, 1965. Disponível em: CasaComum.org: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83404](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83404). Acesso em: 07 jul. 2015.

DANTAS, Raimundo Souza. *África Difícil*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

ERVEDOSA, Carlos. *Breve resenha histórica da literatura angolana*. Luanda: Universidade de Luanda, 1973.

GARCÍA, Xosé Lois. *Jacinto: A luta do poeta-guerrilheiro contra a alienação*. Tradução Maria Luísa Ganho. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1995.

JACINTO, Antônio. 'Convite aos outros'. *Revista Sul*, Florianópolis, março, 1952.

JACINTO, Antônio. 'Dois poemas de Antônio Jacinto'. *Revista Sul*, Florianópolis, outubro, 1952.

JACINTO, Antônio. 'O Conto Estrangeiro. Orpheu'. *Revista Sul*, Florianópolis, dezembro, 1952.

LARANJEIRA, Pires; ROCHA, Ana T (Orgs.). *A noção de ser: textos escolhidos sobre a poesia de Agostinho Neto*. Luanda: Fundação Agostinho Neto, 2014.

MACÊDO, Tânia. 'A Revista *Sul* e o diálogo literário Brasil-Angola'. In: *Angola e Brasil – estudos comparados*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1980.

MATA, Inocência. *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Luanda: Edições Kilombelombe, 2001.

MATOS NETO, Gramiro de. *Influências da literatura brasileira nas literaturas africanas de língua portuguesa*. Salvador: EGBA, 1996.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

MIGUEL, Salim. *Cartas d'África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. Eglê Malheiros, Salim Miguel e o intercâmbio entre as duas margens do Atlântico (entrevista de Salim Miguel a Érica Antunes e Simone Caputo Gomes). *Revista Crioula*, USP, n. 04, 2008.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A Sociedade Angolana através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

NEVES, João Alves (Org.). *A Nova África*. São Paulo: Anhambi, [s.d].

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Dissertação de mestrado em História, USP, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho Neto e Agostinho da Silva: exílios, encontros e desencontros entre intelectuais no Atlântico Sul*. Tese de doutorado em História. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. Atlântico Sul, 1948: cultura e (é) política. In: *Encontro Estadual de História da ANPUH, 2018 – Anais*. Santo Antônio de Jesus - BA. Encontro Estadual de História: história e movimentos sociais. Sa: Anpuh Bahia, v. 01, p. 01-16, 2018.

OLIVEIRA, Mário Antônio Fernandes de. 'Entrevista com Mário Antônio' [concedida a Michel Laban em 1984]. In: *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia; Universidade de Coimbra, 1990b.

OLIVEIRA, Mário Antônio Fernandes de. 'Influências da literatura brasileira sobre as literaturas portuguesas do Atlântico tropical'. In: *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia; Universidade de Coimbra, 1990a.

OLIVEIRA, Mário Antônio Fernandes de. 'Solidariedade'. *Revista Sul*, Florianópolis, dezembro, 1956.

OLIVEIRA, Mário Antônio Fernandes de. 'Tropa negra'. *Revista Sul*, Florianópolis, agosto, 1955.

PAULA, Simoni Mendes de; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Orgs.). *Nossa África: ensino e pesquisa*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2016.

ROCHA, Edmundo. 'Viriato da Cruz: itinerário político'. In: SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés (Coords.). *Angola – Viriato da Cruz, o homem e o mito*. Luanda: Caxinde Editora; Lisboa: Prefácio Editora, 2008.

ROCHA, Edmundo. Conflitos de personalidade entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto. *Agora*, p. 12-13, quinta-feira, 23 de setembro de 1999b. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10461.006.014>. Acesso em: 06 jul. 2015.

ROCHA, Edmundo. Viriato da Cruz: o rosto político do grande poeta angolano. *Afro-Letras – revista de artes, letras e ideias*. Sessão biografia, edição da Casa de Angola, Vol. 01, n. 01, p. 21-27, março de 1999a.

ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés (Coords.). *Angola – Viriato da Cruz, o homem e o mito*. Luanda: Caxinde Editora; Lisboa: Prefácio Editora, 2008.

ROGRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em que Vivi*. II – Revolução na América Latina. Lisboa: Campos de Letras, 2004.

SABINO, Lina Leal. *Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação de Cultura Catarinense, 1982.

SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Editora Luardelli, 1985.

SANTIL, Juliana Marçano. «*Ce métis qui nous trouble*» *Les représentations du Brésil dans l'imaginaire politique angolais: l'empreinte de la colonialité sur le savoir*. Tese. Ciência Política, École Doctorale de Science Politique de Bordeaux, Centre d'Études d'Afrique Noire, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Edna Maria dos. Viriato da Cruz e Agostinho Neto: história, poesia, música e revolução. *Revista Magistro*, Vol. 01, n. 01, p. 65-73, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria*. Tese em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2015.

SANTOS, José Francisco dos. *ANGOLA: Política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo*. Salvador: Sagga Editora, 2018.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”*: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. *Relação Brasil/Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SERRANO, Carlos Henriques Moreira. A trajetória da elite intelectual, a “geração de 50” e seus projetos: a nação. In: CARDOSO, Carlos; ARAÚJO, Manuel G. Mendes de; SILVA, Teresa Cruz e (Orgs.). *“Lusofonia” em África: História, democracia e integração africana*. Dakar: Codesria, 2005.

SERRANO, Carlos Henriques Moreira. Angola: A geração de 50, os jovens intelectuais e a raiz das coisas. *Abrindo caminhos: homenagem a Maria Aparecida Santilli*. Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, Coleção Via Atlântica, n. 02, São Paulo, 2002.

SERRANO, Carlos Henriques Moreira. Viriato da Cruz: um intelectual angolano do século XX. A memória que se faz necessária. *África: revista do Centro de Estudos Africanos da USP*. Número especial: África única e plural, “Mêlanges” em homenagem ao professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Organizado por Kabenguelê Munanga, 2012.

SILVA, Fábio Mário da. A Mensagem poética de António Jacinto. *Navegações*, Porto Alegre, v. 6, n. 01, p. 85-90, jan./jun. 2013.

SOARES, Francisco. ‘Actualidade e universalidade da lírica de M. Antônio’. In: OLIVEIRA, Mário Antônio Fernandes de. *Obra poética*. Coleção escritores dos países de língua portuguesa, n.º 15. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

SOARES, Iaponam (Org.). *Salim Miguel, Literatura e coerência*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1991.

TAVARES, Ana Paula; SILVA, Fábio Mário da; PINHEIRO, Luís (Orgs.). *Antônio Jacinto e a sua época: a modernidade nas literaturas africanas em língua portuguesa*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015.

TRIGO, Salvato. *A poética da “geração da Mensagem”*. Coleção Literaturas Africanas. Porto: Brasília Editora, 1979.

VIEIRA, Anselmo. MPLA de ontem não é o de hoje. *Deutsche Welle*. 10/12/2013. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/mpla-de-ontem-n%C3%A3o-%C3%A9-o-de-hoje/a-17281633>. Acesso em: 17 jan. 2017.